

ATA DA 387ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

Data: 02 de setembro 2025	Local: Plenário da JURAT	Horário: 08h30.
Reunião nº 30/2025		
Presentes: Cristiano de Oliveira Schappo, Miqueas Libório de Jesus, Osni Sidnei Munhoz, Priscila Zanghelini Gesser e Dra Francieli Cristini Schulz.		
Presidiu os trabalhos o Presidente das Câmaras de Julgamento em exercício, o Sr. Maico Bettoni e Secretariou a Sra. Cláudia Miranda Daufenbach.		
Pauta: 1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior, 2 - Julgamento de Processos, 3 - Aprovação de Acórdãos.		
Deliberações:		
<p>1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior: Ata 26/2025. Aprovada sem mais observações. 2 - Julgamento de Processos. Processo SEI nº 25.0.155813-2, em que é reclamante Raduenz Participações Ltda, sendo relator(a) Cristiano de Oliveira Schappo. Assunto: Imunidade de ITBI. O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schultz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovemento da reclamação. Após a fase de discussão, o relator fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer da reclamação e, no mérito, dar-lhe provimento para cancelar os lançamentos do ITBI relativos às integralizações dos imóveis de inscrições imobiliárias nº 13.20.43.97.0621.0005 e 13.20.43.97.0621.0026, ao capital social da contribuinte, inclusive quanto ao valor excedente arbitrado pelo Fisco, mantendo-se a imunidade condicionada à verificação futura da atividade preponderante da contribuinte. O representante da contribuinte, Dr Guilherme Neumann Ribeiro, fez a sustentação oral. Argumentou que o Tema 796 representa uma situação diferente da que foi considerada na Raduenz Participações. Após o contribuinte, a Dra Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer. O julgador Miqueas Libório de Jesus manifestou-se pela divergência. O julgador Osni Sidnei Munhoz acompanhou o relator, acrescentando que o presente caso não se amolda ao Tema 796. A julgadora Priscila Zanghelini Gesser acompanhou a divergência, citou acórdão 62 e 63/2025 da Jurat, os quais abordam a mesma matéria. Mencionou também decisão do STF, Agravo RE 1487168, no qual o Ministro Relator destaca que a tese não faz distinção acerca da aplicabilidade do valor excedente, se é ágio na subscrição de quotas ou reserva de capital. Havendo empate, o Presidente, Sr Maico Bettoni, acompanhou a divergência levantada pelo julgador Miqueas Libório de Jesus. Decisão: Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos pelo conhecimento da reclamação, e no mérito, por maioria de votos (3x2) com voto desempate do Presidente, negar-lhe provimento. Processo SEI nº 24.0.237320-7, em que é reclamante MD Consultoria em Gestão Empresarial Ltda, sendo relator(a) Priscila Zanghelini Gesser. Assunto: ITBI. A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra a Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schultz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovemento da reclamação. Acrescentou que, embora o contribuinte tenha apresentado a avaliação mercadológica, houve erro no cálculo, bem como as amostras trazidas são incompatíveis com o imóvel objeto da transação, demonstrando fragilidade do laudo. O Contribuinte, devidamente cientificado, não compareceu à sessão. Após a fase de discussão, a relatora fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer da reclamação, pois tempestiva, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo o Parecer SEI no 0022468763 - SEFAZ.ACE. Destaca não vislumbrar a preclusão temporal arguida, e quanto ao mérito, fundamenta seu voto na falta de similaridade entre as amostras trazidas pela contribuinte e o imóvel objeto da transação, além do que, o laudo de avaliação mercadológica por ela juntado apresenta valor do m² não condizente com o valor das amostras informadas. O julgador Osni Sidnei Munhoz levantou a preliminar de tempestividade quanto à resposta da autoridade e, com os fundamentos do art. 4, paragrafo I do Decreto 22351/2014 c/c Lei nº 9672/2024, concluiu que o parecer da Comissão é considerado tempestivo, afastando essa preliminar. Quanto ao mérito, acompanhou a relatora, pois as amostras que o contribuinte trouxe não tem correlação com o imóvel avaliando, diferentemente das amostras da comissão, que tem maior</p>		


ATA DA 387ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

similaridade. O julgador Miqueas Libório de Jesus acompanhou integralmente a relatora. O julgador Cristiano de Oliveira Schappo acompanhou a relatora com destaques da preliminar de tempestividade. **Decisão:** Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos pelo conhecimento da reclamação, e no mérito, negar-lhe provimento. **Processo SEI nº 25.0.003416-4 em que é reclamante We Can Treinamento Ltda, sendo relator(a) Miquéas Libório de Jesus. Assunto: TLL.** O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra a Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schultz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovemento da reclamação. Após a fase de discussão, o relator fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer da reclamação, ante a sua tempestividade, porém, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo incólume o lançamento ora impugnado. O contribuinte, devidamente cientificado, não compareceu. Os demais julgadores acompanharam o voto do relator. **Decisão:** Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos pelo conhecimento da reclamação, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo o lançamento da TLL, nos termos do voto do relator. **Processo SEI nº 25.0.050380-6, em que é reclamante HR Participações Ltda, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: Não Incidência de ITBI.** O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra a Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schultz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovemento da reclamação. O contribuinte, devidamente cientificado, não compareceu. Em seguida, o relator fez a leitura do seu voto para dar provimento à reclamação para reconhecer a imunidade do ITBI sobre a integralização do capital social através do imóvel de matrícula nº 50.140 do 3º Ofício de Registro de Imóveis, cancelando-se ainda o Parecer SEI nº 0024210293/2025. A julgadora Priscila Zanghelini Gesser manifestou voto divergente, acrescentando os fundamentos do acórdão 62 e 63/2025 da Jurat. O julgador Cristiano de Oliveira Schappo acompanhou o relator. O julgador Miqueas Libório de Jesus acompanhou a divergência. Havendo empate, o Presidente, Sr Maico Bettoni, acompanhou a divergência. **Decisão:** Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos pelo conhecimento da reclamação, e no mérito, por maioria de votos (3x2), com voto de desempate do Presidente das Câmaras, negar-lhe provimento, nos termos do voto divergente da julgadora Priscila Zanghelini Gesser. **3 - Aprovação de Acórdãos. Acórdão 144/2025:** Processo SEI nº 25.0.155813-2, em que é reclamante Raduenz Participações Ltda, sendo relator(a) Cristiano de Oliveira Schappo. Assunto: Imunidade de ITBI. **Acórdão 145/2025:** Processo SEI nº 24.0.237320-7, em que é reclamante MD Consultoria em Gestão Empresarial Ltda, sendo relator(a) Priscila Zanghelini Gesser. Assunto: ITBI. **Acórdão 146/2025:** Processo SEI nº 25.0.003416-4 em que é reclamante We Can Treinamento Ltda, sendo relator(a) Miquéas Libório de Jesus. Assunto: TLL. **Acórdão 147/2025:** Processo SEI nº 25.0.050380-6, em que é reclamante HR Participações Ltda, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: Não Incidência de ITBI. Nada mais havendo a tratar eu, Cláudia Miranda Daufenbach lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim, pelo Presidente das Câmaras, Sr. Maico Bettoni, e demais presentes.

Joinville, 02 de setembro de 2025.


Maico Bettoni

Presidente das Câmaras de Julgamento
(em exercício)


Cláudia Miranda Daufenbach
Secretária

ATA DA 387ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

Cristiano de Oliveira Schappo _____

Francieli Cristini Schulz _____

Miqueas Libório de Jesus _____

Osni Sidnei Munhoz _____

Priscila Zanghelini Gesser _____

cmo
mf